

COMBATER A OFENSIVA DIREITISTA E PRIVATIZANTE NA USP, EM S. PAULO, NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

fevereiro de 2019

O Brasil está diante de um governo da ultradireita. Forças burguesas internas, sob influência e pressão do capital financeiro norte americano, são os responsáveis por Bolsonaro chegar ao poder. Pela via eleitoral, tendências militaristas e fascizantes se consolidam, com o objetivo de descarregar a crise estrutural do capitalismo sobre os explorados.

É dentro desse marco que o objetivo central do governo de Bolsonaro é a aprovação da reforma da Previdência, que permitirá ao Estado economizar centenas de bilhões de reais, para o pagamento da dívida pública. O recente decreto presidencial, de 8/02/19, que desviou R\$ 606 bilhões de reais da Previdência para “outras áreas”, é expressão e prova disso. Sem contar o interesse dos banqueiros com a mudança do regime de repartição para o de capitalização, passando assim um volume expressivo de capital para o controle direto do setor financeiro.

A reforma da Previdência, somada à já aprovada reforma trabalhista, a lei da terceirização e o fim do Ministério do Trabalho, conformam um ataque sem precedentes na história da luta de classes no país. Sob a liderança do Ministro da Economia, Paulo Guedes – um verdadeiro servidor do imperialismo – procura-se destruir completamente a CLT. A profundidade desses ataques é a medida da profundidade da crise econômica mundial, que tem necessidade de desvalorizar brutalmente o valor da força de trabalho e encontrar meios de sustentar o parasitismo financeiro a qualquer custo.

Essa investida denota a impotência da classe dominante do Brasil de se opor às exigências do imperialismo. Sua condição de país capitalista atrasado, sem soberania nacional e dependente do capital externo (semicolonial), o coloca nessa condição de subordinação. Ressalta-se, no entanto que, com Bolsonaro, houve um aprofundamento significativo na política de dependência do Brasil ao imperialismo, sobretudo aos EUA.

O alinhamento com Trump tem um grande alcance na América Latina. O Brasil passou a servir de pivô para a unificação da burguesia no continente. A ofensiva para derrubar o governo da Venezuela é mais um passo para perfilar a América Latina em torno à guerra comercial norte americana, e ao objetivo específico de barrar a pe-

netração do capital chinês nessas fronteiras.

Ganhou destaque o Brasil ter sido o segundo país a reconhecer o auto declarado presidente Juan Guaidó, depois apenas dos Estados Unidos. A questão da Venezuela ganha destaque, na medida em que se constitui um dos poucos focos de resistência ao maior intervencionismo imperialista norte americano. Após um ciclo de governos nacional-reformistas, a América Latina adentra a uma nova fase de governos autoritários e francamente pró-imperialistas. As forças da burguesia nacional, ao redor do controle das fontes de matéria prima, tende a sucumbir à opressão nacional, que se agiganta.

Vai ao encontro desse alinhamento a declaração de Bolsonaro de transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém. Ou mesmo a presença das forças israelitas no Brasil no caso de Brumadinho, ou a possível compra de tecnologia israelita para dessalinizar a água.

As nações oprimidas e as massas exploradas estão diante de uma virada de grande envergadura. Coloca-se em primeiro plano a luta anti-imperialista, que unifique a maioria explorada sob a sua própria estratégia de poder. A classe operária está diante da tarefa de liderar a defesa da independência nacional. Tudo indica que esse combate começa por enfrentar o governo militarista, fascizante, antinacional e antipopular de Bolso-

naro.

Está colocada, portanto, a defesa da Frente Única Anti-imperialista. A opressão nacional não se restringe às fronteiras nacionais, assim, o combate à maior espolição e saque imperialista deve se dar em unidade dos países oprimidos contra os países opressores. A necessária constituição da frente de luta deve ser a expressão e se desenvolver para a Frente Única Anti-imperialista.

No entanto, essa frente de luta não vem ocorrendo. O PT está na direção da CUT, a maior central sindical, está na direção do MST e da UNE, mas não organiza a luta para combater a ascensão das tendências fascizantes. Limitaram-se à caça aos votos do período eleitoral e, desde então, nada mais foi feito. Nenhum ato, protesto, nada! Depois de desejarem “sucesso” a Bolsonaro e reconhecerem-no como “legítimo”, resignaram-se a declarar uma oposição propositiva no Parlamento. Aos ânimos insatis-

A opressão nacional não se restringe às fronteiras nacionais, assim, o combate à maior espolição e saque imperialista deve se dar em unidade dos países oprimidos contra os países opressores. A necessária constituição da frente de luta deve ser a expressão e se desenvolver para a Frente Única Anti-imperialista.

feitos das massas com a iminente reforma da Previdência, o PT apenas vem oferecer um calendário de mobilização subordinado ao calendário de votação no Congresso Nacional. Isso porque não são totalmente contra a reforma. É válido lembrar que Haddad defendeu em campanha uma reforma previdenciária. Além de ter sido o primeiro responsável pelo Sampaprev, aprovado em São Paulo, cujo projeto inicial foi de responsabilidade dele, enquanto prefeito da cidade.

É preciso iniciar imediatamente a luta contra o governo de Bolsonaro, a começar por se opor à reforma da Previdência. Abaixo a reforma de Bolsonaro/Guedes! É preciso convocar as assembleias nas fábricas, nas escolas e nos bairros, constituir os comitês de base locais, regionais

e nacionais. Pôr em pé uma frente única de ação direta contra a reforma da Previdência. Aprovar uma plataforma de reivindicações contra o desemprego, a redução salarial, a miséria e a fome. Combater a reforma trabalhista e a terceirização. Dar passos concretos para construir uma greve geral.

A derrota de Bolsonaro no Brasil será a derrota do imperialismo em sua investida na América Latina. Pôr abaixo a reforma da Previdência será um primeiro passo nesse sentido. E, quando a classe operária brasileira chegar a esse estágio de organização e radicalidade, ao ponto de cumprir com essa tarefa, então, isso será um passo concreto na resistência no continente, das nações oprimidas contra a nação opressora.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A vitória de João Dória demonstra que as tendências autoritárias e ultraliberais ganham força a nível estadual. O Estado de São Paulo é o mais rico da federação, concentra-se nele o maior polo industrial do país e, consequentemente, o maior contingente da classe operária. Essas características fazem com que esse estado tenha importância singular para a burguesia e, sob o comando de Dória, será um pilar de sustentação do governo de Bolsonaro.

Assim sendo, não se pode esperar outra coisa, senão a aplicação da mesma política do governo federal. Basta ver a declaração em que Dória autoriza a atuação mais ostensiva da PM. Basta ver que aumentou-se a tarifa do transporte acima da inflação, aumentou-se o IPTU. Tende a aplicar a reforma da Previdência, a exemplo do que fez o prefeito Bruno Covas.

Na educação, se traduzirá em maior precarização e privatização do ensino público. Para a USP, é provável que aumentem as pressões pela cobrança de mensalidade, o que há muito vem sendo defendido pela imprensa paulista, e que agora encontra condições objetivas favoráveis para a sua aplicação.

Daqui decorre a importância da defesa da real democracia e autonomia universitárias. É a ingerência externa dos capitalistas e seu governo sobre a USP que a tem feito cada vez mais precarizada, terceirizada, privatizada e elitista. Enquanto a universidade estiver sobre o controle de uma casta burocrática, a mando do Estado burguês, a educação pública será alvo de ataques do grande capital, que procura se valorizar artificialmente, parasitando a educação.

Nossa defesa da USP pública e gratuita deve se ligar à

luta do conjunto dos estudantes, pelo ensino público e gratuito PARA TODOS, laico, científico, único (público a todos), e unindo teoria e prática (vinculado à produção social). Mas, essa universidade também depende da unidade com a luta dos explorados contra os exploradores e seus governos. É nesse quadro que defendemos a real democracia e autonomia universitárias, que são incompatíveis com o domínio do reitorado e da casta burocrática que hoje governam autoritariamente a universidade.

Por isso, a necessidade de defender o fim do reitorado e a constituição de um Governo Tripartite – constituído por estudantes, funcionários e docentes não vinculados à burocracia. O Governo Tripartite estará subordinado à Assembleia Geral Universitária, será eleito por voto universal e com mandato revogável. Caberá à Assembleia Geral Universitária deliberar pelos recursos necessários para a manutenção do ensino, deliberar pela contratação de professores e funcionários necessários, caberá a ela deliberar pela política de permanência estudantil que atenda a toda a demanda, dentre outros. Todos esses elementos deverão ser garantidos integralmente pelo Estado, sem ingerência.

O Governo Tripartite é a forma para se garantir a real democracia e autonomia universitárias. Uma reivindicação democrática, não cumprida pela burguesia, mas necessária para se defender o caráter público e acesso universal. A conquista dessa forma de governo será imposta em unidade com a classe operária, quando esta se levantar e tomar em suas mãos a defesa da educação, em sua luta coletiva contra o poder da burguesia e seus governos.

Nossa defesa da USP pública e gratuita deve se ligar à luta do conjunto dos estudantes, pelo ensino público e gratuito PARA TODOS, laico, científico, único, e unindo teoria e prática (vinculado à produção social). Mas, essa universidade também depende da unidade com a luta dos explorados contra os exploradores e seus governos. É nesse quadro que defendemos a real democracia e autonomia universitárias.

POR E INDEPENDENTES